



Construindo o Feminismo Comunal: A Luta das Mulheres na Comuna Venezuelana

Por Tamayba Lara, para ROOTS

2025/12/13

Em Venezuela, existe uma realidade que ressoa em cada bairro e em cada campo: as mulheres somos a coluna vertebral da organização popular. Ocupamos a grande maioria das porta-vozes nas estruturas comunais, liderando a vida política desde a base. Essa participação massiva desafia os papéis tradicionais de gênero, já que não apenas assumimos as tarefas de cuidado comunitário — a saúde e a alimentação —, mas também a construção de obras, a mobilização política e a direção de projetos produtivos.

É essencial entender o que é a Comuna para nós. Não é uma simples forma de organização territorial e política; é nosso espaço estratégico para o autogoverno. É o



lugar onde politizamos a vida cotidiana, onde a luta pelos alimentos, o acesso aos serviços básicos ou a construção de moradias se convertem em um “fazer” que vai além das paredes do lar. Na luta comunal, nos construímos como sujeitas sociais, forjamos nossa consciência e problematizamos a realidade para transformá-la. A Comuna é, portanto, nosso principal espaço de aprendizagem, de luta e de construção de poder.

Mas o protagonismo que vimos construindo nas comunas esconde uma profunda e violenta contradição.

Apesar de sermos o rosto visível dessa luta, continuamos enfrentando duplas e triplas jornadas de trabalho. Estudos mostram que dedicamos, em média, sete horas por dia ao trabalho de cuidado não remunerado, além das incontáveis horas investidas na organização comunitária e no trabalho remunerado. E enquanto sustentamos a vida, o sistema patriarcal continua tirando-a de nós. A violência sexista nos atinge com números alarmantes, chegando ao feminicídio de uma companheira a cada 55 horas [1].

Compreendemos que as iniciativas legislativas, como a Lei sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência [2], ou as institucionais, como o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero, embora sejam conquistas, não são suficientes para transformar a nossa realidade cotidiana.

Por isso, tornou-se necessário construir nossa própria reflexão teórica e política, nascida das escadarias dos bairros e dos canaviais, ao pé da luta. Precisávamos de uma ferramenta para orientar nossa ação coletiva a partir de uma perspectiva feminista comunal. O objetivo era claro: dar um salto qualitativo para garantir que a construção da comuna também reconstrua o tecido social de uma maneira que incorpore as necessidades, os interesses e as realidades da metade de cada comunidade, da metade de cada povo e da metade da humanidade: as mulheres.

De Onde Nasce o Feminismo Comunal?

Nosso feminismo comunal não é uma teoria importada nem um dogma copiado. É uma categoria em construção que nasce de nossa própria história e de nossas próprias necessidades. É um pensamento que reivindica o chavismo como um processo de acumulação de forças populares e que se afirma na Comuna como nosso projeto político para construir uma nova sociedade, antipatriarcal e anticapitalista.

Nossas raízes práticas são profundas: enraízam-se na longa história de resistência dos povos originários de Abya Yala e nas cumbes de nossas ancestras e ancestrais afrodescendentes que lutaram por sua liberdade.



A essa prática histórica, somamos a reflexão. Nosso feminismo se nutre da diversidade das correntes críticas do Sul Global. Dialogamos com o feminismo marxista, que nos ensinou que a opressão das mulheres é essencial para o capitalismo, já que nosso trabalho reprodutivo não remunerado sustenta todo o sistema [3].

Também nos nutrimos do feminismo popular, que nos ensina a não hierarquizar as opressões. Entendemos que o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são uma mesma trama de dominação. Por isso, incorporamos o feminismo em nossa estratégia e exigimos que todos os movimentos sociais assumam essa luta como própria, sob a consigna: Sem feminismo, não há socialismo!

É por essa razão que lutamos em uma organização mista de homens e mulheres. Em nosso Congresso Fundacional de 2022, travamos uma batalha ideológica que permitiu compreender que o feminismo comunal não vem para dividir as lutas do povo, mas para aprofundá-las.

Também incorporamos aprendizados do Feminismo Popular Camponês, inspirado nas companheiras de La Vía Campesina. Essa abordagem nos conecta com as condições concretas de vida das mulheres do campo e com a importância de produzir alimentos saudáveis por meio da agroecologia para garantir a soberania alimentar.

Da mesma forma, permitiu-nos visibilizar os conhecimentos que as mulheres possuem graças à sua relação com a terra, como o cuidado das sementes crioulas e o uso de plantas medicinais. Esses saberes têm sido fundamentais na defesa da saúde do povo, especialmente para enfrentar a pandemia de COVID-19 e as dificuldades que o sistema de saúde enfrenta atualmente.

E, de maneira fundamental, aprendemos com o feminismo comunitário de nossas irmãs bolivianas, que nos aportam a noção vital do corpo-território. Elas nos ensinam a unir a luta contra a desigualdade na terra-território com a luta contra a violência em nosso próprio corpo [3].

Para nós, a questão territorial é um elemento central. A comuna busca construir novas relações sociais de produção e reprodução, democratizando a riqueza e o poder para forjar o autogoverno. É a defesa do nosso espaço vital. Por essa razão, o ato fundacional de uma comuna é delimitar seu poligonal e construir sua cartografia social, identificando tudo o que existe nesse solo que passará a se reger por nossa Carta Fundacional.

É lindo ver o controle territorial nas mãos do povo. As porta-vozes das comunas, conselhos comunais e CLAP conhecem seu território rua por rua, casa por casa. Sabem o nome de cada habitante: quantas grávidas, idosas ou mães solteiras há; onde vivem as



peças com deficiência, onde estão os pontos de água ou quais ruas ainda precisam ser asfaltadas. Elas sabem de tudo, organizam tudo, amam tudo.



Porta-vozes comunais na inauguração da Unidade Educativa Liceo Simón Rodríguez, na paróquia Buria, Estado de Lara. Fonte: Lana Vielma

É por isso que reivindicamos a palavra “feminismo”: para reconhecer as contribuições que as mulheres do mundo fizeram para a libertação da humanidade, assim como o papel que nós cumprimos na construção da Revolução Bolivariana, e a necessidade impostergável de lutar por uma vida livre de violência para as mulheres.

Da mesma forma, fazemos isso para questionar todas as hierarquias, inclusive aquelas que se reproduzem entre mulheres, entendendo que o pensamento ocidental é incapaz de compreender nossas realidades e nossas utopias. Criamos “Feminismo comunal” como uma categoria própria porque, como diz nossa querida companheira Moira Blanco — ecoando tantas outras que lutam —: “Não queremos virar a tortilha, queremos mudar a receita completa”.

A Rota das Flores: Experiências de Luta Feminista

O feminismo comunal é, acima de tudo, uma prática. É uma história que escrevemos na luta diária. “A Rota das Flores” é o nome que demos à experiência concreta de construção



e sistematização de nossas práticas feministas em alguns territórios da União Comunera¹.

A simbologia das flores não é um adorno; é a beleza como estratégia. As flores são necessárias para a vida, sutis mas fortes, capazes de florescer onde for necessário. Essa rota nasceu das próprias companheiras em seus territórios:

- Na Comuna Vencedores de Carorita (Centro-Ocidente), as mulheres trabalham há anos na saúde integral. Elas nomearam sua luta como a Rota das Cayenas, uma flor que se assemelha ao nosso aparelho sexual e reprodutivo.
- Na Comuna 5 de Março (Região Capital), escolheram a Bromélia, uma flor que cresce apoiada em árvores ou pedras — seu lar — como símbolo da construção de territórios livres de violência.
- Finalmente, as canavieiras da Comuna 5 Fortalezas da Revolução Bolivariana (Oriente) escolheram a Coqueta, uma flor que representa a resistência e a capacidade de multiplicar-se, assim como faz nosso trabalho produtivo e reprodutivo.

1. Ruta de las Cayenas: Saúde Integral das Mulheres

Historicamente, a nossa sexualidade tem sido um tabu. Não por “pudor” ou “moral”, mas como um projeto político do patriarcado para controlar nossos corpos, romper nosso vínculo com os saberes ancestrais e nos disciplinar [4].

Na Ruta de las Cayenas, nos atreveram a politizar o pessoal. Criamos espaços para falar sobre nosso ciclo menstrual, menopausa, prazer, consentimento, métodos anticoncepcionais e maternidade. Esta rota se concentrou em resgatar os saberes ancestrais sobre plantas medicinais como uma resposta concreta às limitações do sistema de saúde. Organizamos jornadas para prevenir gravidezes não desejadas e câncer do colo do útero, em articulação com centros de saúde e cientistas feministas do Ministério do Poder Popular para Ciência e Tecnologia, assumindo o debate sobre sexualidade como um assunto público e comunitário, não privado.

¹ A Unión Comunera é concebida como um Movimento Político Nacional de Comunas que, fundamentado nos princípios do socialismo, anti-imperialismo, feminismo comunal e ambientalismo, promove o projeto bolivariano e chavista do Estado Comunal. Seu objetivo central é avançar na criação de uma Federação Comunal Nacional e fortalecer o Estado Comunal como meio de superar as estruturas sociais burguesas. A organização também busca consolidar o Caminho Comunal para o Bolívarismo.



Anaís Márquez, líder nacional da Unión Comunera, rindo durante uma conversa sobre saúde sexual e reprodutiva. Fonte: Rome Arrieche

2. Rota das Bromélias: Erradicando a Violência

A violência contra as mulheres é uma realidade dolorosa que persiste em nossas comunidades. Sabemos que a frase “roupa suja se lava em casa” nos condena ao silêncio e ao isolamento.

Assim, esta rota se concentrou em criar redes de cuidado e espaços seguros. Na Comuna 5 de Março Comandante Eterno, por exemplo, estabelecemos a “Casa Roxa”. Não é apenas um espaço físico; é um local de sensibilização, apoio afetivo às sobreviventes de violência, orientação legal e psicológica e, acima de tudo, um espaço para ser ouvida com amor, sem julgamento e com sororidade. Compreendemos que, diante da violência sexista, a resposta mais poderosa é a organização coletiva e o cuidado mútuo. Jenifer Lamus deixou o objetivo claro durante um curso de feminismo comunal no Distrito



Capital: “Quando alguém mexe com uma mulher na comunidade, todas devemos nos levantar e dizer: ‘O que você faz a ela, você faz a todas nós!’ E nunca mais devem ousar maltratar uma mulher.”



A Casa Roxa da Comuna 5 de Março Comandante Eterno: conversa sobre violência contra as mulheres nas escadarias do bairro. Fonte: Colectiva Tejiéndonos Mujeres

3. Rota Coqueta: Economia Feminista

O feminismo marxista nos ensinou que nosso trabalho não remunerado sustenta o capital. A Rota Coqueta busca tornar visível esse trabalho de cuidado, que sustenta a vida comunal, mas não é reconhecido pela economia formal.

A luta pela autonomia econômica é central. Para as mulheres comunais, o princípio é claro: “Uma comuna que não vise a libertação das mulheres não pode ser chamada de comuna. E uma comuna que não seja produtiva não pode ser chamada de comuna.”

É por isso que a rota apoia projetos produtivos comunais liderados por mulheres. Um exemplo forte é o engenho de cana-de-açúcar na Comuna 5 Fortalezas, onde as mulheres lideram o processo produtivo, organizam dinâmicas comunais e atuam como verdadeiras protagonistas da libertação de seu povo. Estamos certas de que, quando as mulheres lideram Empresas Socialmente Propriedade da Comunidade, podemos garantir que o



excedente seja direcionado a políticas que atendam às nossas necessidades [5].



Mulheres produzindo blocos de adobe para a construção do Engenho Comunal de Cana-de-Açúcar. Comuna 5 Fortalezas da Revolução Bolivariana. Fonte: produção própria.

Ao mesmo tempo, debatemos a comunalização do cuidado. Nesse processo, experiências como as das companheiras da Comuna El Maizal, com sua Escola Maestra Isabel González, têm sido fundamentais. Essa iniciativa não apenas libera tempo para as mães, mas também reconhece as crianças como sujeitos sociais, oferecendo uma educação que desafia a ordem patriarcal e afirma o horizonte comunal da sociedade venezuelana. Assim, construímos uma economia em que sustentar a vida está no centro.



Crianças na Escola Maestra Isabel González aprendendo sobre agroecologia. Fonte: Lana Vielm

A Construção de uma Linha Política

As experiências da Ruta de las Flores não foram fatos isolados. Elas, junto com outras iniciativas-chave — como os espaços de formação dos comitês de mulheres e igualdade de gênero das comunas andinas, a organização da Ruta de los Lirios das llaneras, ou os espaços de cuidado infantil (cirandas) promovidos nos encontros políticos —, constituem a base que nos permitiu construir uma estratégia política unificada como Unión Comunera. Todas essas experiências contribuíram diretamente para o desenho das “Linhas de Ação do Feminismo Comunal da Unión Comunera”.

Este foi um processo de construção do local para o nacional. Partindo das necessidades mais sentidas em cada comuna, começamos a articular uma agenda feminista desde as bases. Realizamos encontros regionais em todo o país em novembro de 2024, que culminaram em um grande Encontro Nacional de Feminismo Comunal em março de 2025, com a participação de mais de 1.600 mulheres.



Desses debates coletivos nascem nossas linhas de ação, uma ferramenta fundamental para impulsionar a liderança feminista em todos os territórios comunais.

E a luta continua. Hoje acontece o Curso Nacional de Feminismo Comunal, no qual 70 lideranças territoriais de comunas de todo o país aprofundarão o estudo e a análise de nossas realidades. O horizonte estratégico é canalizar toda a força que acumulamos para dar um salto qualitativo que garanta o bem-viver das mulheres e despatriarcalize toda a política territorial.



Pôster do chamado para o 1º Encontro Nacional de Feminismo Comunal. Fonte: Utopix

Conclusão: Construir e Organizar o Feminismo Comunal!

O feminismo comunal é a prática e reflexão das mulheres que sustentamos a vida e a luta nas comunas da Venezuela. Nosso protagonismo é um desafio em contínuo desenvolvimento. Mas demonstramos que nossa participação já não é um discurso vazio,



nem se limita a levantar a mão em uma assembleia para seguir diretrizes de outros. Ela se traduz em uma realidade concreta, fruto do aprendizado na luta social. Provamos que temos a capacidade de organizar, disputar, dirigir, lutar e vencer.

Dessa trincheira, nas palavras de Jenifer Lamus: "Enviamos uma mensagem a todas as mulheres que constroem comuna na Venezuela e no mundo: é necessário acreditar coletivamente! Devemos confiar em nossas próprias capacidades, valorizar nosso fazer e reconhecê-lo como um poder real; esses são os ingredientes necessários para transformar nossas realidades locais e projetar essa força para o nacional."

Sabemos que a transformação não virá de "portar-se bem". A transformação nasce da mobilização, da organização e do tensionamento constante da cultura machista que nos oprime. É essa luta que está fazendo florescer uma política feminista desde o povo.

Sem feminismo não há socialismo! Comuna ou nada! Construir e organizar o feminismo comunal!

Referências:

[1] Utopix. (2025). *Femicide Monitor: Monthly Report, August 2025*. Disponível em: <https://utopix.cc/pix/agosto-de-2025-son-15-casos-para-un-total-de-106-femicidios-en-venezuela-en-8-meses/>

[2] Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela. (2021). *Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência*. Diário Oficial nº 6.667 Extraordinário.

[3] Feminismo Comunal. (2014). *Declaração do Movimento Latino-Americano de Feminismo Comunal na Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas*. In Y. Espinosa, D. Gómez, & K. Ochoa (Eds.), *Weaving Otherwise: Feminism, Epistemology, and Decolonial Perspectives in Abya Yala* (pp. 425–433). Popayán: Editorial Universidad del Cauca. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDA050587536052580040076985F/\\$FILE/Tejiendo.pdf](https://www.google.com/search?q=https://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/498EDA050587536052580040076985F/$FILE/Tejiendo.pdf)

[4] Federici, S. (2010). *Caliban and the Witch: Women, the Body, and Primitive Accumulation*. Madrid: Traficantes de Sueños.

[5] Assembleia Nacional da República Bolivariana da Venezuela. (2010). *Lei Orgânica do Sistema Econômico Comunal*. Diário Oficial nº 6.011 Extraordinário. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/sistema_economico_comunal.pdf